

REUNIÃO DA COMISSÃO POLITICA

ACTA Nº. 8/III/84

Presidente: Cda. Aristides Pereira, Secretário-Geral

Data: 29/5/84

Horas: 9h30

Estiveram presentes todos os membros da Comissão Política à excepção do camarada Honório Fortes.

Ordem do Dia

- 1 - Leitura e aprovação da acta da reunião anterior
  - 2 - Informações
    - a) Sobre a Cimeira de Maputo
    - b) Visita do Presidente Kountché
    - c) Sobre o inquérito instaurado na sequência do incidente ocorrido nos Sindicatos
    - d) Sobre a Escola Central da Ribeira Grande
  - 3 - Continuação da apreciação do relatório do Embaixador José Luís Fernandes
  - 4 - Apreciação da lista de quadros para o preenchimento de cargos a nível do Partido e do Estado.
  - 5 - Discussão do projecto de regulamento do Conselho Nacional de Informação
  - 6 - Projecto de decreto que cria oficialmente o curso de formação e Superação de quadros do Partido
  - 7 - Estatuto da Fundação Amílcar Cabral
  - 8 - Visita duma delegação do Partido à China
  - 9 - Convite para o Conselho Geral da Inter-Africana Socialista
  - 10 - 10º Aniversário da Independência - Proposta da Constituição da Comissão Central - Sub-Comissões
- .../...

-2-

1 - Leitura e aprovação da acta da reunião anterior

Fei lida e aprovada a acta da reunião anterior com as seguintes observações feitas pelo Cda Osvaldo Lopes da Silva.

Chamou atenção para se fixar o limite do nosso pragmatismo. Sobre o investimento estrangeiro não devemos pensar nele como eixo do nosso desenvolvimento. O investimento deve ser selectivo.

2 - Informações

a) Sobre a Cimeira de Maputo

O Cda Secretário Geral informou à C.P. que a Cimeira foi muito importante. Moçambique estava numa situação muito delicada em relação aos países africanos, particularmente a Zâmbia e a Tanzânia, e, tinha sido convocada uma reunião dos países da linha da frente sobre a situação na África Austral. De facto a reunião teve lugar e Moçambique e Angola apareceram com uma outra força junto do P.L. Frente.

É sabido que a reunião dos Cinco foi várias vezes adiada. Ela devia ter tido lugar em Luanda. Da última vez que o Presidente José Eduardo dos Santos tinha passado pelo Sal tinha dito que talvez a reunião pudesse ter lugar em S. Tomé, sugestão essa que não mereceu a aprovação dele (Aristides) pois, em sua opinião a reunião devia ser realizada na zona de conflito. Nessa base foi combinado com o Presidente Samora para que a mesma tivesse lugar em Maputo. No regresso do Presiden-

.../...

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE -(PAICV)  
CONSELHO NACIONAL

13

te de Angola de Cuba disse que o seu avião estava em reparação e que logo que estivesse pronto viria buscar os Presidentes de Cabo Verde e da Guiné Bissau, Afinal acabou por vir o avião de Moçambique. No entanto, de passagem por Luanda onde permaneceram uma noite viram que existiam as condições para a reunião. A única conclusão que se pode tirar é que os dirigentes de Angola não queriam a reunião, aliás, manifestada através das reacções do Ministro Paulo Jorge. Continuando disse, a cimeira foi uma ocasião para se esclarecer muita coisa. O Presidente Samora explicou toda a história dos acordos e dos motivos que levaram Moçambique a tomar aquela posição. Ficam algumas preocupações em relação à Angola, pois, tem havido muita pressão da parte dos Soviéticos e Cubanos, aliás, as visitas do Presidente à Cuba e Europa do Leste demonstram-nos. Há vários problemas no seio da direcção e nessas situações o chefe deve estar mais que nunca criente nas suas posições. A finalizar, disse, que tomou conhecimento através do Presidente Samora e confirmado pelos outros que o Cda Luís Cabral teria escrito uma carta aos homólogos à excepção do Kino (mas enviou lá a irmã) dizendo que tem sido abandonado. A carta dá impressão que está praticamente na miséria. Face a essa situação esclareceu aos seus homólogos como é que as coisas correram, o acolhimento e as condições que foram concedidas ao Cda Luís. Evidentemente que ficou mal, visto pois, toda a gente conhecia as regalias que tinha cá em Cabo Verde.

O Cda Pedro Pires de uso da palavra disse que estava muito ligado à essa questão no aspecto material e, portanto,

.../...

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE -(PAICV)  
CONSELHO NACIONAL

-4-

queria prestar alguns esclarecimentos. Quando o Cda Luís esteve em Cuba não obstante todas as condições materiais que lá tinha tivemos a iniciativa de enviá-lo algum dinheiro (dólares). Quando veio à Cabo Verde a seu pedido não compreendeu porque é que tivemos que enviá-lo à S. Vicente antes de vir à Praia, ignorando o problema da instalação. Fez-se tudo durante a sua estadia cá para que as despesas tivessem um suporte legal. Quando foi à Lisboa da primeira vez levou 300 contos para fazer compras, da segunda vez levou 250 contos em dólares. Relativamente ao problema da casa, não pode estar em Lisboa e manter uma casa cá fechada.

O Cda Júlio de Carvalho disse que nas suas passagens por Lisboa tem tido contactos com o Cda Luís Cabral. Inclusive foi ele Luís quem avançou com a ideia que estando não era razoável que tivesse cá uma casa para eventuais passagens. Assim, ele pediu um período para manter a casa findo o qual devolvia-a. Nos fins de mês de Abril reafirmou o princípio de fixar residência definitivamente em Portugal e acrescentou que o filho já tinha alternativa de uma casa para habitação. Face a situação foi chamado o Patrick e transmitiu-o a conversa que teve com o seu pai, e foi fixado o prazo para devolver a casa. Pouco tempo depois foi recebida uma carta de Cda Luís na qual dizia que não se lhe permitiu fixar em Lisboa para que se tomasse a casa. Nessa base a carta foi respondida esclarecendo todos os pontos anteriormente discutidos com ele.

O Cda Abílio Duarte disse que certo dia o Patrick apareceu-lhe lá em casa e disse que queriam tirá-lo da casa. Mas

.../...

deu-lhe ir ter com o Cda Júlio de Carvalho.

b) Visita do Presidente Kountché

O Cda. Secretário Geral disse que a visita do Presidente Kountché estava programada há muito tempo. As suas preocupações disse, coincidia com as nossas. Foi extremamente agradável verificar-se que os problemas e posições que ele defende coincidem com as nossas. Não há nenhum país africanos que quer acelher a CEDEAO e a OUA. A nossa posição é que devemos ter iniciativas face a essa situação. Falamos sobre o Sahra o Tchad e a África Austral. Ficou assente que se deve desencadear acções conjuntas junto dos outros chefes de Estado para que se possa resolver a questão da CEDEAO e da OUA.

O Cda. Abílio Duarte disse que relativamente ao encontro dos Cinco e a forma como Angola tinha reagido, parece que as pressões continuam. Per ocasião do dia África recebeu um telegrama do Presidente da Assembleia de Cuba onde se sente essa pressão. Parece que essa nova situação deve ser objecto de uma campanha de explicação.

O Cda. Silvino da Luz disse que Cabé Verde tem uma certa responsabilidade na situação, pois, há uma certa imagem do país, do Presidente e há certos valores que temos que defender. No Senegal houve um debate na TV sobre a situação na África Austral. Acha que o nosso país deve manifestar ao Presidente e em exercício da OUA a nossa disponibilidade em fazermos algo, talvez contactos a alto nível com gente séria no continente. Para além dos contactos com o Presidente Mengistu, também ou-

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE -(PAICV)  
CONSELHO NACIONAL

-6-

tres Presidentes como de Nigéria sobre a África Austral. O Ministério dos Negócios Estrangeiros não tem meios. Teriam que ser procurados tanto os humanos como materiais.

O Cda Pedro Pires disse que é preciso saber por onde começar, a que nível e como avançar.

O Cda Abílio disse que não entendeu bem se a intervenção de Cda Silvino é já na sequência da visita do Presidente Kountché ou se é noutra perspectiva. Acrescentou que a situação militar no Saara está difícil. Parece que houve uma mudança da parte do Rei que quer oferecer pastas no Governo aos Saaraís.

c) Sobre o inquérito instaurado na sequência do incidente ocorrido nos Sindicatos

O Cda Pedro Pires informou à C.P. que na sequência do incidente ocorridos nos Sindicatos mandou-se instaurar um inquérito com o objectivo de se clarificar a situação. O inquérito foi conduzido pelo Cda Carlos Reis na sua qualidade de Presidente da Comissão de Controle do Partido e foram ouvidos em declarações os intervenientes, toda a direcção dos Sindicatos bem como os funcionários que presenciaram a cena. Seguidamente o Cda Secretário-Geral Adjunto leu as conclusões a que chegou a Comissão de inquérito. Acrescentou que falou com os Cdas Afonso e Carlos Barbosa. Ficou com a impressão que a versão deste tem mais lógica. O problema é de saber qual é o andamento a ser dada a questão. Ficou claro que os dois responsáveis não poderão continuar a trabalhar juntos. Logo que o processo estiver totalmente concluído passará pelas mãos dos Cdas para análise.

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE - (PAICV)  
CONSELHO NACIONAL

-7-

O Cda. Abílio Duarte de uso da palavra disse que esperava um conteúdo mais penetrante dessa questão, com o inquérito pois, na primeira reunião que fora feita havia mais dados. O problema dos antecedentes não apareceu. Acrescentou, que sobre deficiência todas as estruturas as tem e os sindicatos não fegem a isso. Disse que ficou com a impressão que há uma passagem do inquérito que fala de ofendido. Pelos dados existentes não se pode considerar quem é ofendido. A concluir disse que essa questão necessita de aprofundamente nos seus antecedentes, pois, e próprio Afonso confirma ter chamado o Carlos Barbosa de carreirista.

O Cda. Olívio Pires disse em questão dessa natureza há que ter em conta os antecedentes. Diz-se que o Carlos Barbosa teria chorado quando o Afonso apelidou-o de carreirista. Já uma vez teria o Afonso feito afirmações injuriosas ao José Filomeno. Certa altura o Luís Fonseca teria chamada a nossa atenção para o problema do relacionamento do Cda Afonso com outros camaradas que trabalham nos sindicatos.

O Cda Secretário Geral disse que face a situação é preciso resolver o problema com urgência. Mas vai-se tomar a decisão e depois. Interroga se não poderão ser os próximos sindidatos a tomar a decisão.

O Cda. Júlio de Carvalho na sequência disse se se accita qualquer sanção que possa ser aplicada pelos sindicatos. Mais disse que um dos intervenientes é dirigente do Partido e o outro um militante com responsabilidade. Ambos desempenham funções políticas.

.../...

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE - (PAICV)  
CONSELHO NACIONAL

-8-

O Cda, Osvaldo Lopes da Silva disse que essa questão devia ser resolvida pelos Sindicatos, mas estes não estão devidamente estruturados e organizados para fazê-la e cada um aparecia com o seu argumento. Per isso deve ser o Partido a resolvê-la.

O Cda José Araújo disse que a UNTC-CS não tem um mecanismo para tratar dessa questão e mesmo que o tivesse ficaria o problema de fundo, pois, foram indicados pelo Partido e mais tarde eleitos. Todos os cdas estão de acordo que se dê um tratamento político a essa questão e só o Partido pode fazê-lo. Mas é preciso que se veja também os antecedentes.

O Cda Pedro Pires retomando a palavra disse que inicialmente houve uma exposição do Cda Afonso. Reuniu-se com a direcção Sindical e com a Comissão de Controle e a orientação transmitida é que se ia fazer um inquérito e a partir daí avançava-se com a questão. Não há dúvida que o Sindicato tem certa autonomia, porque são órgãos eleitos. Quante aos intervenientes um é membro do CN e outro do Comité do Sector. Acrescentou que se se chegar à conclusão que a direcção sindical estaria em condições de resolver o problema, correcto. Mas infelizmente não está.

O Cda Abílio Duarte disse estar de acordo com a intervenção do Cda Pedro Pires, não há ingerência, porque são os próprios Estatutos a reconhecer esse papel. Talvez se possa normalizar as duas coisas. Partido e Sindicato. O facto de primeiro e segundo responsável estarem em causa deduz-se

.../...

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE -(PAICV)  
CONSELHO NACIONAL

-9-

que os sindicatos não estão em condições de resolver o problema. Feder-se-á atribuir ao Sindicatos a possibilidade de analisar o problema e apresentar uma proposta ao Partido. A finalizar disse que não há dúvida que o Afonso é membro do CN mas o Carlos Barbosa é Deputado, Presidente de um Sindicato e membro do Comité de Sector.

O Cda. Olívio Pires disse que pode-se ter em atenção as duas instituições, Partido e Sindicato. Feder-se-ia adoptar as medidas previstas nos Estatutos pois houve uma queixa apresentada por um militante em relação a outro, doutro lado o Sindicato actuava sob recomendação do Partido. Mas tratando-se do Secretário Geral da UNTC-CS não se pode deixar portas abertas para confusão. Neste caso o Partido assume a responsabilidade de tomar a decisão mesmo havendo alguma sugestão do Sindicato.

O Cda Secretário Geral concluindo disse que as coisas estão claras. Deve-se associar os Sindicatos á essa questão. Será convocada uma reunião extraordinária para se tomar a decisão, depois de processo ter sido analisado por todos os membros.

c) Sobre a Escola Central da Ribeira Grande

O Cda José Araújo disse que na sequência da informação do Cda Secretário-Geral na última reunião à respeito da Escola Central da Ribeira Grande deslocou-se à ilha de St: António uma delegação do MEC e analisando a situação da Escola com os responsáveis locais e concluiu-se que se deve evacuar pelo menos uma parte da escola e começar com as obras de imediato por forma a mesma funcionar em Outubro. Foram contactadas os serviços de finanças para o desbloqueamento de 2200 contos para início das

.../...

obras. Por outro lado aguarda-se a chegada do Sr. Sá Machade da Guebelkian para se ultimar a discussão da verba para o restauro do edificio.

3 - Continuação da apreciação do relatório do Embaixador José Luis Fernandes

O Cda Abílio Duarte de uso da palavra disse que o parecer apresentado pelo Ministério da Economia e Finanças com parade com a argumentação feita pelo Cda Osvaldo na última reunião estavam em contradição. Disse que tendo em conta o relacionamento que temos os Estados Unidos até a data, a cooperação existente no domínio de financiamento de projectos sem falar da ajuda alimentar, estaríamos numa posição incómoda se tivémos que rejeitar frontalmente a proposta. As conclusões do nosso Embaixador parecem evidentes no intuito de freiar a influência soviética em relação aos cinco. Apesar de estar convencido que as razões de fundo possam vir nesse sentido, está convencido também que só o ângulo político ideológico não é suficiente para se analisar o problema. É preciso que haja um parecer económico-político da questão. Acrescentou, que ficam ainda lacunas de ordem económica-financeira dum parecer a médio e longo prazo, para que se saiba que mudança qualitativa essa proposta podia vir trazer à nossa situação. Aceitando de certo modo a proposta, teremos possibilidades de ver o resultado da experiência e depois aceitar ou rejeitar a mesma. Será isso possível interregou o Cda Abílio. Mas é uma engrenagem que vamos entrar e não se sabe se pode sair outra coisa. No entanto, podemos aproveitar parte da ajuda.

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE -(PAICV)  
CONSELHO NACIONAL

-11-

O Cda Pedro Pires disse que é preciso entender e que o Cda Osvaldo pretendeu com o seu parecer. Ele mostra as carências que há e que não somos atractivos, nem a nossa mão-de-obra pois, ela é cara e não qualificada. Apesar disso podemos discutir com os Americanos. Temos um programa e vamos trabalhar com ele. Tudo o que possa cair no âmbito desse programa, pode ser accete. Acrescentou que seria bom que fizéssemos a inventariação da cooperação, pois, a nossa gente tem ideia que devemos ter relações privilegiadas com os Estados Unidos. Há que ter a cautela para que essa relação com os Estados Unidos não seja extremamente pesada e institucionalizada. Estamos a reestruturar o sistema bancario e criamos já o núcleo que se pretende transformar no banco de investimentos. A própria Caixa de Crédito foi incluída nesse núcleo. Igualmente reorganizamos o serviço de poupança interna bem como o sistema que permite mobilizar as poupanças dos emigrantes, o banco central continuará com a sua função de banco comercial. Os americanos propõem a criação de um banco de investimentos, mas é prematuro. Quante a linha de crédito, o Banco Mundial e a Caixa Central de cooperação francesa, propuseram o mesmo. Essa questão pode ser discutida e tudo depende da taxa dos juros, etc.

Quante à comunidade, devemos ter as nossas relações directas com ela e não depender da boa vontade do Departamento de Estado.

A proposta americana, não é uma questão especial para Cabo Verde, pois, são ajudas para desenvolver pequenas indústrias. Quizeram sim, dar ao problema um tratamento correcto.

.../...

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE -(PAICV)  
CONSELHO NACIONAL

-12-

Devemos aceitar negociar a linha de crédito. Ficamos abertos para a discussão.

O Cda Oivaldo disse o Cda Pedro Pires compreendeu o seu parecer. Na página cinco do documento está contido o essencial. Quem investe, não o faz por amor, mas sim, para ter lucros. Temos que analisar o investimento estrangeiro se nos interessa. É o próprio relatório do B&D que diz que o continente não é área de investimento estrangeiro e particularmente o americano. Em Cabo Verde todos os factores são caros. A água, a energia, a preparação do terreno, etc. A própria fábrica de cimento não vai concorrer com o mercado exterior, porque o cimento é colocado cá a um preço acessível. Se avançamos com a fábrica é porque o investimento é barato. Continuando disse que uma acção da nossa parte pode despertar nos americanos e no seio da comunidade uma expectativa errada. A sua posição é de reserva. Face aos americanos devemos fazer a declaração que não temos nada contra o investimento privado. Mas não devemos participar na campanha de mobilização de investimentos. Podemos sim, participar nos estudos e se detectarmos uma ou outra área de interesse, será algo que possa ser aproveitado.

O Cda Olívio Pires disse que face as conclusões apen-tadas, o problema não é simples nem de ponto de vista político nem económico, mas é já possível tomar uma decisão. Não há dúvida que temos que ressaltar a independência com certa dignidade. Os americanos tratam a questão com certo respeito e a resposta deverá ser equilibrada.

.../...

A análise feita pelo Cda Osvaldo permite tirar conclusões. Devemos analisar caso por caso. A resposta não pode ser dada com abertura total. Tudo depende da forma de se emitir certa reserva. É preciso encontrar as vias para a cooperação apontadas no final do parecer de Cda Osvaldo e que mantenhamos atentos a questão política, porque a nossa força está em sabermos manter as nossas opções.

O Cda Silvino da Luz disse que depois das intervenções dos camaradas que o antecederam pouco resta a acrescentar. Dig-se que entre os americanos há uns que nos conhecem bem e que procuram manter uma certa forma de diálogo conosco. A proposta vem do Departamento de Estado, de personalidades que nos conhecem, pois, já cá estiveram ou porque temos estado a discutir sobre a questão da África Austral. É preciso termos cuidado quando afirmamos que tem uma certa resposta para nós, pois, há dois tipos de gente, do Departamento de Estado e do Executivo. Por isso é preciso muita diplomacia na resposta. Devemos tratar essa questão com cuidado porque o problema deles é de estratégia. Devemos ter uma política activa procurando outras alternativas para o nosso desenvolvimento.

O Cda Secretário-Geral concluindo disse que as argumentações dos Cdas Pedro Pires e Osvaldo são bastante claras para tomarmos uma decisão. Os americanos agem de forma calculada e precisa. Trata-se de uma estratégia precisa e para nós há um "approche". As considerações do Cda Osvaldo contém os dados para a nossa acção. A melhor forma de se falar com os americanos é discutir com eles com firmeza e apresentá-los argumentos

convincentes. O parecer do Cda Osvaldo é bom. Aceita-se a proposta de negociação da linha de crédito. Quanto ao seguimento a dar a questão, com a vinda do Embaixador José Luís Fernandes deve-se discutir com ele e elaborar um guião contendo alguns pontos para a sua orientação.

5 - Discussão do projecto de regulamento do Conselho Nacional de Informação

Sobre o projecto de regulamento o Cda Abílio Duarte levantou o problema da inclusão do Director do Departamento da Emigração e o Director Geral da Emigração do MNE na relação dos integrantes do Conselho. Por outro lado, disse não vê a razão da inclusão do Ministro da Educação e o Presidente da Comissão para os Assuntos Culturais no Conselho.

O Cda Pedro Pires disse que a relação dos candidatos à membro do Conselho Nacional de Informação é demasiado extensa e nessa base seria difícil o seu funcionamento. O Conselho perderá ter os membros efectivos e poderá convidar elementos cuja presença seja importante para o desenvolvimento da sua acção.

O Cda José Araújo disse que está consciente que a composição do conselho está muito grande, mas foram decisões tomadas na reunião do C.N. e que ele não pode alterar. Quanto ao Ministro da Educação foi incluído por estar à frente de um departamento que exerce grande influência ideológica.

O Cda Olívio Pires disse que o Secretário do CN do Partido e o Secretário de Estado da Comunicação Social devem

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE -(PAICV)  
CONSELHO NACIONAL

-15-

assegurar o controle permanente desse órgão podendo convocar reuniões com os responsáveis dos departamentos desde que se mostre necessário. Actualmente há falta de uma acção concertada e não de orientações gerais.

Concluiu-se aprovar o regulamento do Conselho Nacional de Informação e fixar a periodicidade das suas reuniões, trimestralmente. Quanto à sua composição limitar-se-á à decisão do CN sobre essa matéria, devendo no entanto, ser convidados permanentes, o 1º Secretário do Partido na Praia, o director do Departamento da Emigração e o Director Geral da Emigração do M.N.E. tendo em conta a contribuição que poderão dar ao Conselho.

6 - Projecto de decreto que cria oficialmente o curso de Formação e Superação dos quadros do Partido

O Cda José Araújo disse que teve que se combinar a situação do passado com o futuro na elaboração do projecto, pois, caso contrário seria de outra forma.

O Cda Pedro Feres disse que deve-se incluir no preâmbulo a ideia que se trata de um curso intensivo, bem como explicitar que o nível cultural dos participantes é superior à 4ª classe e 2º ano. No artigo 7º em vez de um ano deve-se incluir a expressão dois semestres.

Conclusão: Foi aprovado o projecto de decreto que cria oficialmente o curso de superação dos quadros do Partido devendo no seu artigo 7º conter a expressão "dois semestres" em vez de "um ano".

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE -(PAICV)  
CONSELHO NACIONAL

-16-

A reunião foi encerrada pelas 14 horas ficando os pontos 4,7,8,9 e 10 para a próxima sessão.

Elaborada por

O Secretário-Geral

/ARMINDO CRUZ/

/ARISTIDES PEREIRA/